



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 28/2024, que
“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Monteiro Lobato
para o exercício financeiro de 2025 – LOA 2025”

**REALIZADA A PARTIR DAS 19H DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2024,
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP.**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas no recinto da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, com a presença do Presidente da Câmara Vereador Edjelson Aparecido de Souza e os Vereadores Allan Rached Azevedo e Aloísio Aparecido dos Santos Barreto, a responsável pela Contabilidade Senhora Marcela Carvalho, e o Secretário de Finanças e Orçamento Senhor Amaury Donizete Silva, bem como os Secretários Municipais: Secretária Municipal de Educação, Senhora Elize Rachel Pires do Carmo, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Senhora Carolina da Mata Silva, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, Senhora Raíssa, Secretária Municipal de Transportes, Senhora Célia de Oliveira, Secretário Municipal de Obras, Senhor Luiz Rodolfo, Secretário Municipal de Esportes, Senhor Rodrigo Natanael, Secretário Municipal de Serviços Municipais, Senhor Paulo Sérgio Nascimento e demais pessoas interessadas. O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Edjelson Aparecido de Souza, deu inícios aos trabalhos, e declarou aberta a Audiência Pública, para atendimento ao estabelecido pelo art. 48, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de proporcionar a transparência necessária na discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 28/2024, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Monteiro Lobato para o exercício financeiro de 2025 – LOA 2025”. O Presidente Vereador Edjelson passou a palavra à Contadora Marcela que, após cumprimentar os presentes, informou que o Projeto de Lei já foi lido em Sessão Plenária e, para esta discussão, elencou doze principais itens do orçamento, separados por secretaria, e colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas que surgirem durante a explanação do projeto, podendo interrompê-la a qualquer instante. Iniciou explicando que a elaboração do orçamento anual tem fundamento legal, ou seja, é elaborado baseado em leis e normas tais como a Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica Municipal e as normas exigidas pelo Tribunal de Contas. Informou que a elaboração deste projeto teve início de forma digital, com a abertura do “Orçamento Participativo” no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, para colher sugestões da população. Houve a participação de quatro pessoas que responderam perguntas e deram sugestões interessantes: continuidade da construção do parque municipal; construção da ponte Ambrósio Datti; energia solar nos prédios públicos; informatizar a biblioteca municipal, digitalização de obras e informações sobre a cultura local. Essas sugestões são encaminhadas aos secretários das pastas para que possam ver a possibilidade de atender a essas sugestões. Foi realizada audiência pública no Paço Municipal com a equipe de elaboração da LOA e munícipes que também deram sugestões para o orçamento, e essas sugestões também são repassadas aos secretários. Esclareceu que a LOA - Lei Orçamentária Anual estima as receitas e fixa as despesas que serão realizadas no próximo ano pelo Executivo Municipal e, conforme prevê o princípio do equilíbrio fiscal, todas as despesas



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

fixadas devem estar cobertas pelas receitas previstas, ou seja, só se gasta aquilo que se arrecada. Explicou que o cumprimento das metas será conforme a execução do projeto, que será aperfeiçoado conforme as demandas e reais necessidades, durante o curso do exercício. Afirmou que Monteiro Lobato é um município de pequeno porte e sua ação governamental é praticamente voltada para os programas de manutenção administrativa. Os investimentos são realizados através de transferências voluntárias dos Governos do Estado e da União, normalmente encaminhadas através de Emendas Parlamentares. A contadora passou para o detalhamento da receita, que está estimada em R\$ 33.800,000,00 (trinta e três milhões e oitocentos mil reais), explicando os valores previstos para serem arrecadados durante o exercício financeiro de 2025. Logo após, passou ao detalhamento da despesa fixada, no valor de \$ 33.800,000,00 (trinta e três milhões e oitocentos mil reais), respeitando o princípio do equilíbrio. Esclareceu que, desse valor previsto, R\$ 1.767.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta e sete reais) é para a Câmara Municipal, e R\$ 32.033.000,00 (trinta e dois milhões e trinta e três mil reais) para a Prefeitura Municipal. Explanou os valores previstos por funções e subfunções, conforme o plano de contas Audesp. Esclareceu que, referente ao orçamento, os limites constitucionais foram observados, ficando: Ensino: Limite: 25% - Previsão de Aplicação: 30,32%; FUNDEB – Profissionais da Educação: Limite: 70% - Previsão de Aplicação: 99,97%; FUNDEB – Outras Despesas: Limite: 30% - Previsão de Aplicação: 0,03%; Saúde: Limite: 15% - Previsão de Aplicação: 25,46%; Pessoal e Encargos: Limite: 54% - Previsão de Aplicação: 48,60%; Ressaltou que o FUNDEB quase todo é utilizado para folha de pagamento. A contadora deu continuidades, passando à discussão das secretarias municipais, apresentando o valor total e conforme forem aparecendo dúvidas vamos discutindo. Gabinete da Prefeitura - R\$ 401.500,00 (quatrocentos e um mil e quinhentos reais), sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para pessoal e encargos, R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) para outras despesas correntes, e R\$ 1.000,00 (mil reais) para investimentos. Informou que do gabinete não havia ninguém presente, mas que se tivessem alguma dúvida em relação aos valores poderiam interrompê-la. O Vereador Allan mencionou que fez um levantamento, no gabinete, por exemplo, do ano passado para esse ano, teve um aumento significativo de quase cento e vinte mil reais, e você menciona que a grande parte dos gastos é mão de obra, mas se aplicar o reajuste em cima da mão de obra que estava lá, pois os cargos que foram beneficiados com aumento já estavam contabilizados o ano passado e estamos tendo esse aumento de cento e vinte mil na folha. O Secretário de Finanças, Senhor Amaury, esclareceu que no gabinete entram o subsídio do prefeito e da vice-prefeita, e tiveram um aumento para 2025. A contadora mencionou que foi aprovado aumento para o subsídio do prefeito, secretários e vereadores e já estão contemplados no orçamento, e essa diferença de valores terá em todas as secretarias. Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Setor de Administração Geral – R\$ 2.330.000,00 (dois milhões e trezentos e trinta mil reais), valor destinado ao pagamento de pessoal e encargos, outras despesas correntes, dentre elas os sistemas operacionais da Fiorilli, parte de tributos, finanças e processo de compras, empresa de informática, telefonia e internet, dentre outras. Esse valor abrange a cesta básica dos funcionários também, não contemplando os servidores da educação, saúde e social. Os demais funcionários são todos administrados na administração. Setor de Assistência e Previdência – R\$ 1.313.000,00 (um milhão e trezentos e treze reais), onde são empenhados os encargos sociais: INSS E FGTS. Mencionou que R\$ 988.000,00 (novecentos e oitenta e oito mil reais) é o valor do INSS E FGTS, o outro valor de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) é referente ao PASEP, pois a gente retém 1% das



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

receitas e repassa para a receita federal, esse valor também tem que ser empenhado no orçamento. Setor de Finanças – R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais), valor destinado ao pagamento de pessoal e encargos, outras despesas correntes, dentre elas os sistemas da contabilidade, contrato de terceirização da contabilidade e convênios, dentre outras. Setor de Assuntos Jurídicos – R\$ 858.000,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil reais), explicou que está previsto o pagamento de dois precatórios. Mencionou que tem um valor de despesa de capital mais alto, que está refletindo no total geral, que é destinado ao pagamento de um dos precatórios. Disse que, mesmo sendo uma sentença judicial, por ser um processo de desapropriação, entra como investimento, na parte de despesa de capital. Nesse setor entra também o pagamento da assessoria jurídica. Disse que o outro precatório não é despesa de capital ou é TRT ou TJ, são valores menores, passados pela assessoria jurídica no mapa de precatório. Secretaria Municipal de Educação: Setor de Ensino Fundamental – R\$ 4.033.900,00 (quatro milhões, trinta e três mil e novecentos reais), mencionou que a maior parte é pessoal e encargos, pois o FUNDEB não dá conta sozinho, não comporta a folha de pagamento da educação. Depois dessa lei de 2021, autorizou a gente a fazer o pagamento de toda a rede de ensino. Todos os profissionais da educação básica, que antes eram profissionais do magistério, com a lei de 2021 tornaram-se profissionais da educação básica, então toda a rede que está voltada ao aluno pode ser paga com o Fundeb. Agora o Fundeb não dá conta mais, temos que arcar com um pouco de recurso próprio. Esse setor abrange, ainda, transporte de aluno. A contadora mencionou que nesse setor tem vários elementos de pessoa jurídica de fontes diferentes, explicando que cada um deles se refere a uma entidade: tesouro ou estado, pois recebem convênio para transporte de alunos. Mencionou que houve uma queda drástica no recurso recebido da CASE, dizendo que foi a nível nacional e não só em Monteiro. E tem ainda o PENAT, recurso federal para o transporte de aluno. Por isso, existem várias fontes nesse setor. Mencionou que os investimentos mal são orçados, as pastas correm atrás desses investimentos para fazer obras, comprar equipamentos, porque o que vem mal dá para cobrir as manutenções. Disse que consta no orçamento, pois precisam ter a ficha, para que caso tenham excesso de arrecadação, caia um recurso inesperado, ou um superávit e queiram usar, já tem a ficha e pode fazer a ação pretendida. FUNDEB – R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), praticamente todo o valor para folha de pagamento, 99,97%. Os outros 0,03% estão em despesas de capital. Disse que orça porque vai que acontece algo extraordinário e o governo manda bastante recurso do FUNDEB e a gente quer comprar um ônibus. Disse que não pode não orçar, porque senão depois dá um trabalho danado abrir esse recurso. Isso dentro dos 30% porque os 70% são dentro da folha de pagamento. Mencionou que o FUNDEB tem tanto infantil quanto fundamental. Fora do FUNDEB, tem os recursos próprios, para o ensino fundamental que passou primeiro e agora vamos passar para o infantil. Setor de Educação Infantil – R\$ 735.800,00 (setecentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais), mencionou que a maior parte é para folha de pagamento, e tem algumas coisas para material de consumo e pessoa jurídica. Setor de Ensino Médio – R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), mencionou que não tem ensino médio aqui no município, que o ensino médio não é municipalizado, mas tem que colocar a unidade que permite no plano de contas do Audesp, a gente coloca para receber o PNAT do ensino médio. Disse que vem um recurso do PNAT para o ensino médio e a gente pode utilizá-lo na rede, não é utilizado no ensino médio. Disse que eles enviam para todos os municípios esse recurso. A munição Gracías indagou o que quer dizer PNAT. A contadora esclareceu que PNAT é Programa Nacional de Transporte Escolar, um programa federal. A Munição perguntou o que é CASE.



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

A contadora esclareceu que CASE é Cota do Salário Educação, vem via federal também. A munícipe perguntou se esse valor de dezenove mil não tem obrigação de usar no ensino médio. A contadora esclareceu que não, que o PNAT é específico para transporte escolar. Disse que o governo manda e utiliza no transporte. Disse que vem como cota do ensino médio, e o tribunal de contas orienta a colocar na função de ensino médio. Se colocar na função de fundamental, está errado. A munícipe Nilza perguntou se a prefeitura não é obrigada a dar nenhum apoio ao ensino médio. A contadora esclareceu que o transporte escolar, o convênio é estadual e carrega toda a rede, só em relação ao transporte. Esse recurso pequeno que vem do PNAT, eles utilizam também para o transporte escolar. Ressaltou que a classificação tem que ser como ensino médio. A Secretária Elize respondeu que é conveniado para atender todo o município. Ainda dentro da Educação, Setor de Merenda Escolar – R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), mencionou que basicamente é material de consumo, pois toda merenda é adquirida com fornecedor de material de consumo, no subelemento gênero alimentício. É empenhado em material de consumo, conforme o plano de contas. Mencionou que o município recebe três PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar: PNAE do fundamental, cinquenta e oito mil; PNAE da pré-escola, dezessete mil; e PNAE da creche, vinte mil reais. Tem ainda o CASE, salário educação, que é utilizado para adquirir merenda escolar também, porque é permitido, pode adquirir tanto com salário educação quanto com o tesouro. Mencionou que a CASE pode ser utilizada em quase tudo que é para educação, menos folha de pagamento, fica a critério da gestão. O Vereador Allan mencionou que tinha feito uma anotação: a educação no ano passado fez, dentro da programação de gastos, oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais, e durante o ano foram abertos vários créditos adicionais, alguns de emendas, alguns para suplementação, que é o que a gente vem sempre questionando. Quando é por emenda, até entendo que emenda é uma coisa que cai repentinamente, e você tem que utilizar, mas na parte de suplementação é erro administrativo, é um erro de cálculo. Disse que, chamou a atenção é que, do ano passado para agora, aumentou apenas duzentos e setenta e nove mil reais na educação, menos de dois por cento do valor do ano passado. O que me preocupa em relação a isso é que, se a gente falar que parte disso já é aplicação, não sei se vai ser colocada ou não a inflação em cima dos salários desse ano, se for de alguma forma colocada, e a gente sabe que na maioria das secretarias o grande gargalo é a folha de pagamento, parte dessa aplicação que estão fazendo na educação é para cobrir a folha de pagamento. Não tem nenhum tipo de aplicação de recurso da prefeitura para investimentos ou para melhoria da educação no nosso município, isso me preocupa um pouco, porque eu esperava. A gente já vem conversando sobre outros cursos, sobre tentar melhorar a grade da educação, vários projetos que vocês já colocaram para a gente em pauta. Como vão custear esses projetos se eles não estão contemplados na parte financeira da educação? A munícipe Gracias disse que gostaria de complementar o raciocínio na questão da qualificação, onde entra? De onde vem o recurso? A contadora respondeu que a qualificação entra em pessoa jurídica, porque são contratadas normalmente empresas para fazer essa qualificação. A Secretária de Educação, Elize mencionou que no nosso replanejamento, o nosso foco realmente é a melhoria, porém, no ano de 2024, nós conseguimos através de parcerias. Nós temos recursos públicos, mas também precisamos correr atrás de parcerias que sejam efetivas, que nos apresentem resultados e tragam melhoria para o desenvolvimento. Este ano, nós tivemos parcerias com a formação de professores. Nós temos a maior pasta de efetivos, são poucos cargos comissionados. Mencionou que tiveram parceria na formação de



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

professores, parceria na formação de gestão, a meta do próximo ano é também o FUNDEB, a continuidade do VAAR (valor aluno anual regular). O Fundeb tem uma condicionalidade que nós não recebemos, que é o vaa (valor aluno anual regular), essa condicionalidade A1, A4 e A5 fala sobre gestão democrática. Quando nós implantamos a gestão democrática no ensino público, nós também estamos sendo habilitados para essa condicionalidade que volta em recurso. Na verdade, não é questão de replanejamento, mas planejamento na rota certa, no caminho certo. Deixar a educação bem elaborada e planejada, e através das emendas e parcerias, parcerias com instituições que têm um nome, que têm uma linha de ensino, com reconhecimento, que possam atender o nosso investimento. É o primeiro ano em que somos habilitados, e para o próximo ano, isso faz parte do nosso planejamento, também a questão do recurso FUNDEB VAAR. Estaremos aí, colocando essa gestão, com os nossos efetivos, para estar atendendo o que a gente precisa para a melhoria do ensino. Tudo isso chega para acrescentar e para colocar tudo de maneira com metas, daí vai atingir a questão de aprendizagem, questão de organização, questão de valorização dos profissionais, que já recebem o piso salarial por mérito e desempenho. A Secretária de Educação, Elize respondeu que o plano de carreira também é uma meta, pois ele está desatualizado, a última atualização foi em 2012, são doze anos, um período grande para uma carreira que foi se atualizando durante vários anos. Nossa meta é poder já chegar e olhar para esse plano de carreira e saber o que o município comporta e o que o município pode atender enquanto melhoria, enquanto valorização, enquanto a pessoa ter uma carreira efetiva. O Vereador Allan mencionou que tem essa preocupação, porque sempre escutou e a gente discutiu bastante sobre isso, principalmente o plano de carreira, que nunca foi executado em Monteiro, por falta até financeira de fazer essas adequações de cargos, funções e remuneração também, e como a gente vai controlar isso financeiramente, sendo que oscila muito a arrecadação do nosso município. Eu entendi até o lado que a secretaria fala que estão fazendo reajuste e que por isso não teve a necessidade financeira, justamente por vocês terem essas parcerias. Apesar de serem parcerias consolidadas, eu fico preocupado, porque, quando eu enxergo o investimento de quatrocentos e cinquenta mil a mais em turismo e cultura e eu vejo apenas duzentos e setenta e nove na educação, me preocupa bastante. É o famoso o que a gente sempre fala: é a banana comendo o macaco. Enquanto a gente não fizer o básico do nosso município, que é presar pela nossa educação, pela saúde, pelas coisas mais básicas, festas não vão trazer isso. Então, quando eu olho uma pasta sendo abastecida com quatrocentos e cinquenta mil, e a educação, que é tão primordial para a gente, com duzentos e setenta e nove, me preocupa bastante, ainda mais sabendo que o que está aqui é inflação. A contadora disse que só lembrando que esse valor de investimento no turismo é convênio que já está assinado, um convênio vinculado. O valor da educação é todo do tesouro. Do turismo, se você olhar, não tem valor do tesouro para investimento, apenas uma contrapartida de cem mil reais. O Vereador Allan disse que se preocupa muito com isso, porque se não tem essas manobras, essa parte de parcerias, teria que ser custeado. Se não fosse custeado, como a gente levaria a ter os cursos de aprimoramento para as crianças, outras coisas mais, que realmente alavancariam nosso município com uma educação mais aprimorada para nossos filhos. Fico preocupado, pois estava achando que para esse ano vinha um investimento muito grande para a área da educação, que acabou não vindo pelo que eu estou enxergando, mas se está tudo dentro do radar de vocês, está tranquilo, essa parte de parceria vai atender. A Secretária de Educação, Elize disse: a nossa meta é o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. Quando me proponho a estar na gestão desta pasta, proponho mesmo com esse olhar focado na



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

criança, nós teremos ações ainda ao longo desse ano, está acabando, mas ainda temos alguns dias, focados no aluno, na criança, na aprendizagem, no rendimento, no desenvolvimento dela. Por isso, foi importante esse ano de 2024 para uma avaliação geral, para que 2025 possa se tornar uma meta. Nós vamos trabalhar com metas: metas de ensino, metas de desempenho, metas de gestão, para que isso possa cada vez mais, porque nós temos recurso, nós temos investimento, investimentos para uma cidade do nosso porte, é um investimento que a gente sabe que ele acontece. A gente precisa agora é colocar nossas metas, colocar os objetivos para que a melhoria seja feita e seja visível, porque nossa meta é essa. O vereador Aloísio perguntou à contadora qual o valor do orçamento e se saúde e educação ficaram com cinquenta por cento do orçamento. A contadora esclareceu que o orçamento total está em trinta e três milhões e oitocentos mil, e as duas pastas: saúde e educação, comprometem um pouco mais de cinquenta por cento do orçamento, e o restante é para as demais pastas. Mencionou que essa questão de investimentos pega para os municípios pequenos, pois a manutenção básica a gente precisa fazer e o investimento, queríamos colocar muitos investimentos para todas as pastas, mas não é a realidade. Dando continuidade, passou para o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde: Fundo Municipal de Saúde – R\$ 8.498.000,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), mencionou que desses oito milhões, cinco milhões e quarenta mil são para o pagamento de folha de pagamento. Disse que a maioria é folha de pagamento, e os outros três milhões são divididos no custeio. Mencionou que o serviço de pessoa jurídica carrega mais do que a metade, que é a contratação da empresa médica e exames que são feitos. Mencionou que tem também uma despesa, que é uma despesa alta, que é o da equoterapia. E outra despesa que foi orçada nessa pasta, a natação, que divide entre esporte e saúde. Ressaltou que a maior parte é de empresa médica. Mencionou que em pessoa jurídica tem vários recursos e a maioria é tesouro, mas também recebemos recurso federal: vigilância, mac, atenção básica. Disse que pode ver que a despesa de capital já é menor. A munícipe Gracias perguntou qual o recurso para medicação. A contadora respondeu que é material de consumo e disse que está em torno de quinhentos mil. Mencionou que tem uma questão de saúde com medicamento, um ano ou outro sempre cai uma emenda. Disse que as emendas mandadas por deputados têm que ser obrigatoriamente cinquenta por cento para a saúde, o que mais cai para os municípios é recurso para a saúde. Dando continuidade, mencionou sobre a função distribuição gratuita, que o valor está alto, e disse que entra tanto a cesta dos funcionários quanto o medicamento que é dado, ele entra como distribuição gratuita. Não é medicamento da rede, e disse que a farmácia que faz esse direcionamento na hora que chega a ordem de compra, se o medicamento é material de consumo ou se o medicamento é distribuição gratuita. A contadora mencionou que a Secretária de Saúde não estava presente, mas que se tivesse algum questionamento da parte técnica. O Vereador Allan mencionou que fez um comparativo da saúde, e na saúde teve um aumento de quase um milhão e duzentos de um ano para o outro, de repasse, só que lá também é um dos grandes gargalos de folha, teve os aumentos, o pagamento dos pisos, e a parte do décimo quarto agora dos ACS e outras coisas, mas queria entender se foi modificado. Disse que a gente vem aqui e discute números, era ideal que a gente tivesse aquele planilhamento para saber se estava contemplando aqui, por exemplo, contratação de exames, para tirar a fila de espera, se está contratando mais especialidades do que a gente tem hoje dentro da rede, o que está sendo previsto de desenvolvimento na área de saúde ou só foi uma suplementação de inflação e de algo a mais que está fora desse contexto. A contadora respondeu que normalmente



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

conversam com o secretário da pasta e fazem o orçamento conforme a demanda, o que acontece agora. Disse que o que apresenta são os valores, dentro desses valores, isso que você está perguntando aí realmente é com o secretário, com a gestão da pasta. Todos eles têm o orçamento, o secretário acompanha o orçamento deles, o que está sendo gasto, para saber o que eu já gastei, o que eu posso gastar, eles que fazem esse gerenciamento. O Vereador Allan disse que o ideal, porque tem coisas que são continuas, e ano a ano sempre vai ter aquelas coisas, gasto com folha, gasto com isso, gasto com aquilo, mas acho que toda a vez que a gente vem para uma pauta como essa, já vir com os projetos que estão dentro daquele ano vigente, quais são as propostas, porque que foi solicitado recurso a mais ou a menos, para a gente entender realmente a dinâmica da onde será aplicado o recurso solicitado, porque a gente fica muito perdido, a gente vê valores, mas aonde vai ser gasto, está cobrindo a lacuna que está realmente no município, a falta de medicamento, fila de espera para atendimentos, o dinheiro está sendo aplicado nisso ou o dinheiro está sendo aplicado em outra coisa que não vai acabar com esse problema que a gente tem nesse momento. Disse que qualquer coisa pela comissão eu peço informação direta na pasta. A contadora disse que utilizaram a base atual, se esse ano foi implementado algo na saúde, já está contemplando, basicamente é o que está em manutenção hoje no município. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo tem os dois setores: Setor de Cultura – R\$ 656.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais), destinados a pessoal e encargos, e o restante dos valores em pessoa jurídica, onde é utilizado para a realização das festas culturais. Mencionou que abrange a contratação de empresa, de estrutura, show, gerador, tudo que é necessário para a realização de evento. A contadora disse que está orçado duzentos e oitenta e cinco mil, no orçamento está com mais cinco mil que foram colocados como rendimento, e de contrapartida dessa fase do parque tem cento e vinte e dois mil reais previstos do tesouro. O vereador Allan disse que praticamente não mexeram muito no valor da pasta, do ano passado para cá. A contadora disse que no ano passado colocaram um valor a mais e acabaram alterando pela câmara, e para o próximo ano colocamos o mesmo valor do orçado, porque a gente sabe que as outras secretarias também têm as demandas. O vereador Allan perguntou se essa fase 3 do parque foi votada pelo conselho esse ano, para ser utilizado esse recurso. O secretário de obras mencionou que esse é um convênio, fase 3, é da Caixa Econômica Federal. Disse que a fase 1 e a fase 2 são convênios, e a fase 3 convênios com a Caixa Econômica Federal. A contadora ressaltou que é um convênio e que vai verificar se a fonte está correta, se precisar alterar, ainda está na fase de projeto, é só alterar a fonte de recurso, tanto da receita quanto da despesa. O vereador Allan disse que no ano passado fez o inicial de novecentos e cinquenta e cinco mil, e perguntou se tinham a informação de quanto foi gasto pela pasta até o momento. A contadora informou que a dotação inicial é trezentos e trinta e três mil reais, alterada para seiscentos e trinta e nove mil reais, empenhado setecentos e vinte e oito mil reais, e liquidado quatrocentos e vinte e um mil reais, sendo que dentro do turismo, só lembrando, por mais que a gente tenha alteração por conta de alguma festividade, essa alteração é feita por convênios, como não faz a previsão inicial, essa alteração vem para a câmara, quando firma algum convênio, e aí sim a gente faz a alteração no orçamento, por isso às vezes o valor liquidado é maior. O Vereador Allan disse que só está perguntando a respeito disso, porque muito questionaram se existia dinheiro direcionado a festas. Você pode até me ajudar nessa informação? Direcionados, a gente tem para saúde e educação que já vem, o restante é dinheiro da prefeitura que é feito esse desmembramento para poder utilizar, e fica a gestão à frente disso, não existe esse dinheiro empregado para festa. A contadora



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

esclareceu que o tesouro é a cargo da gestão, mas desde que cumpra com os mínimos constitucionais. Disse que tem uma instrução do STF que, se você não tiver aplicado saúde e ensino, o município não pode realizar eventos festivos, se não estiver cumprindo com as obrigações constitucionais. A munícipe Priscilla disse que gostaria de tirar uma dúvida, argumentando ser leiga em alguns termos, e perguntou o que queria dizer convênio, é a contrapartida de alguma instituição? A contadora esclareceu que é como se fosse um projeto, dando como exemplo o Pandavas, dizendo que é um projeto que recebe um recurso de uma instituição, normalmente é a EDP que manda esse recurso. Dentro dos órgãos estaduais e federais, existem algumas emendas que os deputados podem destinar aos municípios, isso não está contemplado no orçamento. Deputado fulano de tal enviou quinhentos mil para Monteiro Lobato, isso vai entrar novo no orçamento, como uma emenda. Como convênio, é firmado no estado, junto às secretarias de estado. Então, a Secretaria de Estado de Turismo, eles têm o programa deles que é o DADETUR, o município faz o projeto, passa pelo conselho do turismo, aprovado pelo CONTUR, e se estiver tudo ok com a secretaria do estado, eles repassam essa verba, isso é um convênio. É firmado um termo junto à esfera estadual. A munícipe Priscilla indagou que não é um simples repasse? A contadora disse que não, que tem toda uma burocracia que tem que ser atendida, às vezes vamos supor, um convênio que é famoso no Brasil são as casas populares, se você não tiver o terreno na medida certa, junto da Caixa Econômica Federal, com o projeto certo, eles não repassam, sem licenciamentos ambientais. O Vereador Allan mencionou que, quando a gente fala do superávit que a gente tem de ano a ano, esse superávit não teria que ser contabilizado no ano posterior? Porque é um dinheiro que está em caixa. A prefeitura teoricamente não tem que fazer caixa, a prefeitura tem que utilizar os recursos públicos. O que nós temos de superávit, tínhamos no ano passado, de alguma maneira não entra nesse planejamento nosso, ele fica à disposição da prefeitura dentro do tesouro para a utilização conforme queira. Eu vi, por causa do apontamento do tribunal de contas que fala a respeito mais ou menos disso. Chega num ponto que esse dinheiro é um dinheiro a ser aplicado, por que não ser contabilizado num momento desse de alguma maneira? Era uma hora de estar fazendo o desmembramento desses valores em pastas e melhorias das secretarias ou algo desse tipo. Queria ver se tem uma previsão de como a gente está agora, faltando dois meses para o final do ano, qual o valor de superávit que a gente vai ter em mãos para o ano que vem. A contadora Marcela disse que entende e disse que é uma falha do tribunal de contas. Disse que também acha que deveria ser direcionado já, tanto para a saúde quanto para a educação, mas eles deixam livre e não é dessa forma que é feito o orçamento. O orçamento é feito equilibrado, você vai estimar o quanto vai arrecadar e igualmente a despesa. O superávit é o resultado do exercício que só vai ser apurado ali para março, que é quando você finaliza o balanço. O resultado do exercício é tudo que você tinha em caixa menos as suas obrigações depois de encerrado tudo. Superávit financeiro é aquilo ali que você pode abrir durante o exercício. A contadora disse que segue as normas do MCAPs e PCAPs que dizem que é dessa forma, que não tem vinculação. O vereador Allan disse que o duro é que depois ele cobra por que não foi investido. Você tem esse dinheiro em mão, pastas tendo necessidades dentro da gestão, cabe ao gestor ver se vai suplementar ou não essas pastas, vem aqui para votação de crédito adicional, chega num ponto que você fala, fica na mão do gestor. Perde-se a validade de uma câmara municipal, perde-se a validade da participação popular. A contadora Marcela disse que imagina por que isso não é feito, porque na verdade quem orienta a abertura de crédito por superávit financeiro é a lei de responsabilidade fiscal – LRF, que abrange município, estado e união. Então, você acha que



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

o presidente da república quer que esse recurso seja livre para ele fazer o que ele quiser ou que já vincule? O mesmo que vai nortear o município vai nortear estado e união, então acho que nunca vai ser dessa forma direcionado. Secretaria Municipal de Desporto e Lazer: Setor de Desporto e Lazer – R\$ 615.000,00 (seiscentos e quinze mil reais), para folha de pagamento e para outras despesas correntes, pessoa jurídica, tem algumas contratações: professor de natação, escolinha de futebol e compra de material de consumo. O vereador Allan disse que já foi discutido ano passado, viu que no ano passado no inicial teve quatrocentos e quarenta e sete mil reais, depois eu suplementei com mais cem mil reais, foi para quinhentos e quarenta e sete mil reais, com essa diferença que está dando agora de seiscentos e quinze mil reais, deu sessenta e oito mil de diferença de um ano para o outro, parte disso já é a inflação que vai ser aplicada, tanto em serviços quanto folha de pagamento e outras coisas mais. Dentro daquele projeto que a gente tinha já conversado, talvez seja novamente uma pasta a ser abastecida de alguma forma. A gente conversou em alguma possibilidades, tivemos parcerias e emendas que fizeram estádio, outras coisas mais, mas nós sabemos o trabalho que tem que ser executado pela secretaria, como a colocação de obras no bairro São Benedito, na parte de alambrados e fechamento do campo de futebol, que é uma necessidade do bairro, a cobertura da quadra, a gente está vendo de alguma maneira que consiga uma emenda, mas hoje essa emenda não está em mãos, perdemos o Deputado Bertaioli que nessa trajetória foi para o tribunal de contas, a emenda que estava prometida para a quadra da Vila Esperança não veio e tem a possibilidade de ser custeada pela prefeitura a cobertura de lá, e outras coisas mais que a gente não viu dentro desse orçamento. Mencionou que está à disposição para fazer algum tipo de alteração e auxiliar, porque eu sei que está tendo amplitude nessa parte de piscina, que foi uma novidade para a cidade, mas que pode ser ampliada em horários, em grade e outras coisas mais. Tem os professores, no poliesportivo já conversei com o Rodrigo para a compra de equipamentos para as artes marciais, precisava de alguma maneira estar suplementado, para fazer algo a mais do que a gente fez esse ano. Está contigo se você tem a necessidade ou não, a gente está disposto a fazer esse pedido, essa alteração. O secretário de esportes, Rodrigo, mencionou que foi feito um projeto em cima do que foi falado pelo vereador Allan, referente à ampliação das nossas atividades, inclusive parcerias com a educação junto com a saúde, que funcionou muito bem nesse ano de 2024 e a tendência para 2025 também é continuar com essas parcerias. Mencionou que na semana passada, junto com o comitê da primeira infância, sentaram-se e para o ano de 2025, com as secretarias de educação, cultura e demais pastas, para levar não só o esporte, mas a cultura, no contraturno das atividades, essas atividades impostas pelo esporte, que vem avançando cada vez mais. Referente às melhorias nas instalações, desde 2022, quando assumi a pasta, a gente tinha muito defasado as nossas áreas de lazer, recuperamos 5 quadras no período de dois anos, ampliamos as atividades de três para vinte e uma, foi um boom para o esporte lobatense, que nunca teve esse número significativo de atividades, essa inclusão social. Junto à saúde, a parte do autismo em que a gente tinha uma taxa muito elevada, isso até 2022, um projeto que eu levei para o prefeito, sentamos com o diretor Fabiano Lima e depois a Cláudia. Mencionou que tem um número significativo de duzentas pessoas semanais, grades de aulas que são dispostas, hoje a gente atende duas, para o ano que vem a gente vai aumentar o número e a idade de 6 anos, esse ano a gente não teve ainda porque a gente está atrás de uma plataforma que desse a altura para eles, a gente conseguiu encontrar, já está no orçamento para 2025. A intenção do esporte é melhorar cada vez mais, melhorar cada vez mais as nossas atividades com equipamentos. Uma das coisas que



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

coloquei para o ano de 2025 foi a questão da uniformização. Hoje eles vão ao poliesportivo e não têm essa uniformização. É um sonho que a gente tem e a gente vai cumprir o ano que vem, uniformizar todos. Todos com quimono, vôlei com seu uniforme adequado, futsal com uniforme adequado, futebol de campo com uniforme adequado e assim as demais atividades. O Vereador Allan disse que fala de fazer essa suplementação até pelo trabalho que está sendo feito. A gente tinha tentado passar aqui a bolsa atleta e não passou pela câmara, e a gente vê a necessidade de atletas da cidade que precisam do apoio da prefeitura, principalmente no setor de esporte, que é para levar para competições, tentar dar um auxílio de primeira mão para essas crianças, e também o que a gente tem hoje, a corrida de montanha, que já é uma coisa legal da nossa cidade, que tem toda essa participação do esporte. Eu estou colocando porque eu vejo a necessidade dentro do que não é contemplado no projeto inicial. Tudo isso que você colocou eu venho acompanhando e a gente vê realmente que a gente está em evolução, só vejo a necessidade talvez, que como a gente fala, quando você pratica esporte, diminui problema social, diminui problema de saúde, esse remanejamento que eu vejo é tentar tirar de algumas pastas que estão com alguma sobra e você direcionar onde vai minimizar essas outras pastas, como estou falando de saúde e social. Acho que é um trabalho que tem que ser feito, se não tiver problema, a gente só estuda de onde vai ser feito o direcionamento, mas eu acho que cabe um pouco a mais dentro dessa pasta para a gente poder trabalhar um pouquinho a mais fora disso aí, que nem você já está fazendo. O secretário de esportes, Rodrigo, mencionou sobre o trail run, que hoje é um marco na nossa história, com bastante atletas que competem e que levam a nossa bandeira. Recentemente, o Ayslan foi para Bariloche, e na sua sigla estava a bandeira de Monteiro. A prefeitura já vem dando esse apoio nessa questão de locomoção, tanto para o jiu-jitsu, com o Breno, quanto com o pessoal do trail run. A intenção é para o ano de 2025 é implantar o Bolsa Atleta, a gente tem essa demanda hoje, não só de atletas, mas de algumas equipes aqui de Monteiro que necessitam desse Bolsa Atleta. A contadora disse que esclareceu sobre o convênio, é sobre o parque fase 02, do Estado mesmo, duzentos e oitenta e cinco mil, vai ser pago a segunda parcela o ano que vem. Mencionou que a terceira fase, quando for, manda para a câmara para abrir, se for para o ano que vem, se não, vai para 2026. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Setor de Agricultura – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no qual não tem ninguém no pessoal. Junto com a agricultura, a Carol gere as duas unidades, vem o Meio Ambiente. No Fundo Municipal de Meio Ambiente – R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), metade para pessoal e encargos e o restante nas demais despesas. O Vereador Allan perguntou para a Secretária como está sendo feita essa solicitação de recurso em relação àquele projeto do tratamento do lixo reciclável na cidade, da compostagem e outras coisas mais. A Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Carol, mencionou que no início do ano foi feita uma licitação para a coleta seletiva e acabou não dando certo o contrato. A gente está finalizado, junto com o pessoal do conselho, um chamamento público que não gere custos para a prefeitura, para pelo menos finalizar o ano com apenas a destinação da coleta seletiva. Para o ano que vem, já conversei com a Marcela e com o Amaury, para a gente implantar um PVE, que eu acho que é a solução para todos os tipos de resíduos do município. A compostagem entra junto com o programa de educação ambiental, que a gente também já tem o termo de referência pronto para que a gente possa, no ano que vem, trabalhar nisso, e dentro da educação ambiental conseguir implantar o projeto da compostagem. O Vereador Allan mencionou que, do ano passado para cá, a pasta estava com cento e trinta mil de diferença, esses cento e trinta mil contemplam todas as



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

necessidades? Eu lembro que ano passado a gente discutiu a prestação de mão de obra na agricultura, prestação de serviços à comunidade, projeto educacional, esses cento e trinta mil contemplam e a gente consegue executar essas tarefas durante esse ano? A Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Carol, mencionou que nesse ano não faltou tudo que foi solicitado por parte da Secretaria do Meio Ambiente, as duas licitações que foram de valores altos foram contempladas, a empresa que não quis cumprir com o contrato, na parte da reciclagem, e o outro que a gente tinha feito do plantio, mas o plantio está sendo feito com a nossa mão de obra mesmo, então não vai ser necessário fazer para o ano que vem, e todas as outras demandas foram atendidas pela secretaria do meio ambiente. A questão do projeto de educação ambiental, nós não tínhamos finalizado o termo de referência em tempo hábil, antes do período eleitoral, mas a gente já tem a parceria com a educação com a inclusão didática que já vai contemplar o tema em sala de aula, e com o nosso termo de referência a gente consegue contemplar o resto da população. O Vereador Allan perguntou se a construção do PEV está sendo elaborada para que ele seja uma área melhor localizada, se será locado ou em área pública, se será necessária a parte de construção que faltou no outro, a parte de cerca, a área com local adequado para a separação de lixo, isso tudo já está contemplado nos cento e quarenta mil para a execução ou entra em parceria junto com a pasta de serviços municipais. A Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Carol, respondeu que não. Disse que toda a parte do PEV, que teve andamento aqui na Câmara, foi mal elaborada, porque quando a gente faz uma licitação já tem que contemplar tudo isso. A nossa intenção é que a empresa que seja contratada fique responsável pelo local onde ela vai instalar esse PEV, ela vai colocar as caçambas, ela vai contratar alguém para fazer a separação e ela vai dar a destinação correta, e o município faz apenas a contratação desta empresa. O Vereador Edjelson mencionou que, em questão da agricultura, às vezes é procurado pelos pequenos produtores para que sejam feitos serviços de aração de terra e outros, isso tem sido atendido? Foi feita uma parceria com o Sindicato? A Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Carol, respondeu sim. Mencionou que a parceria com o sindicato é diferente do que ocorre na secretaria. A parceria que foi feita com o sindicato é apenas para a concessão do trator, e os produtores que são associados ao sindicato são atendidos. Na prefeitura, são para os pequenos produtores, onde eles solicitam o serviço de aração ou entrega de calcário. Pagam uma taxa pequena, por hora de máquina trabalhada, e o calcário eles não pagam o transporte, pagam apenas a quantidade de calcário que eles querem e a gente faz o transporte gratuito. O vereador Allan perguntou se é a secretária da Carol que é responsável por fazer o acompanhamento dos trabalhos executados pelo sindicato. A Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, Carol, respondeu que é uma parceria entre a sua secretaria e a de serviços municipais. Disse que o Renato entrega relatório, e disse que inclusive tem alguns sistemas que precisam ser respondidos, como o município Agro, e disse que tudo está discriminado no contrato. Secretaria Municipal de Serviços Municipais: Setor de Serviços Urbanos – R\$ 1.245.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil reais), sendo quatrocentos e cinco mil para pessoal e encargos. S.E.R.M e Oficinas – R\$ 3.264.000,00 (três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil reais), mencionou que é onde entra a subfunção de transporte, estradas e rodagem, manutenção das estradas. Defesa Civil e Corpo de Bombeiros – R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A contadora mencionou que não era nem prevista antes no orçamento. Mencionou que, se não tiver a unidade de defesa civil, não conseguem receber recurso. O Vereador Allan mencionou que só tem números, a alteração de um ano para o outro está em um milhão e duzentos mil, e indaga o que está



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

vindo de projetos e execuções dentro da pasta que vai ser utilizado esse valor a mais. O secretário de Obras, Rodolfo, mencionou que está previsto a pavimentação das estradas. O Vereador Allan mencionou que já tinham discutido isso e mencionou a possibilidade de conseguirem emendas maiores para asfaltar e não bloquetar. Perguntou se está contemplado pelo menos um projeto desse por ano, de alguma estrada específica. Ter esse projeto em mãos para conseguir esse recurso em Brasília. O secretário de Obras, Rodolfo, mencionou que em relação ao projeto tem, em parceria com São José dos Campos, estamos fazendo o projeto executivo da parte da Vila Esperança até o Bairro do Rio Manso, a parte de execução da obra ainda não está sendo prevista. Vereador Allan mencionou que viu a falta disso em mãos, tinham quatorze milhões na mesa do Deputado, mas não conseguiram trazer para Monteiro porque não tinham o projeto em mãos. Perguntou se, dentro do que está sendo feito, dos trabalhos nos rios, se tem alguma previsão para a garganta, tem algum trabalho para ser executado. O secretário de Obras, Rodolfo, mencionou que a empresa foi contratada apenas para fazer o desassoreamento do rio, porém, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, estamos tentando alternativas para desobstruir aquela pedra. A munícipe perguntou ao secretário de Obras sobre a obra da Estrada do Bairro do Souza, indagando se a obra estaria terminada. Disse que a obra está em meia pista e oferecendo perigo. O secretário de Obras, Rodolfo, respondeu que não, que não está terminada. Mencionou que precisam retirar aquela pedra, colocar o asfalto e o acostamento maior. Disse que não está em meia pista, que meia pista estava antes de realizar a obra. A munícipe reforçou que a forma como está o barranco pode não suportar as próximas chuvas, e essa é a preocupação dos munícipes. O secretário de Obras, Rodolfo, respondeu que lá caiu uma barreira, o que foi feito lá foi a retirada da barreira e a correção do talude, foi uma obra emergencial, é para atender o emergencial, e disse que sim, pode acontecer de o barranco ceder novamente. A munícipe Gracias mencionou que estamos às vésperas do tempo de chuvas, e disse que, do jeito que está, está perigoso. Seria importante termos a informação, porque a comunidade nos cobra, quando vai ser finalizada essa segunda parte da obra, porque está há meses parada, sem uma placa, sem nenhuma informação do executivo. O secretário de Obras, Rodolfo, respondeu que quem executou o trabalho lá foi a Defesa Civil junto com a Secretaria de Serviços Municipais. O secretário de Serviços Municipais, Paulo, mencionou que sobre a questão da retirada de barreiras, na época das chuvas, o Prefeito conseguiu um recurso da Defesa Civil e esse recurso foi empregado nesses locais que estavam perigosos, que antes estavam muito mais perigosos. Disse que hoje podem ver que o barranco foi afastado e, caso aconteça dele cair, não vai cair em um carro. Como o secretário de Obras falou, é uma obra emergencial, e disse que tem a pretensão sim de melhorar o local, disse que pretende rebaixar o morro para ter visão do carro que está vindo, que já está na mão da engenharia para fazer um projeto de tirar o morro para depois fazer o asfalto novo. A munícipe Gracias mencionou que seria importante já prever isso para os próximos meses, no máximo no semestre que vem. O secretário de Serviços Municipais, Paulo, disse que é uma obra grande, e disse que com certeza o Prefeito já está buscando alternativas e recursos para concluir a obra. O Vereador Aloísio mencionou que gostaria de sugerir que, quando for paralisar a estrada para fazer a obra, avisar com antecedência e fechar por completo, até terminar a obra. Secretaria Municipal Desenvolvimento e Assistência Social: Fundo Social de Solidariedade – R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais). Fundo Municipal de Assistência Social – R\$ 948.800,00 (novecentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais). Fundo Municipal do Idoso – R\$ 251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais). FMDCA – R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais). O Vereador Allan



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

mencionou que vai alterar ela novamente, disse que ano passado fez um adendo nessa pasta e mesmo fazendo o adendo a pasta sofreu. Mencionou que teve reunião com o pessoal de lá, me estranhou muito, o pessoal do dia a dia lá, pessoal que faz o atendimento direto, não participou das decisões orçamentárias. Disse que essa pasta atende cinquenta famílias com cesta básica, dez famílias estão sendo atendidas com aluguel social, pagamento de água e luz, kit gestante, fora as festas que essa secretaria realiza, como festa das crianças, e também os cursos do município, que foram cortados por falta de recurso. Mencionou que vai fazer uma suplementação nessa pasta, e disse que precisa sentar com a contabilidade para ver onde vai mexer, e ver qual unidade vai abastecer. Mencionou que tiveram a falta de cesta básica durante o decorrer do ano. A munícipe Priscilla disse que gostaria de complementar a parte de benefícios eventuais, disse que agora no final do ano não tem mais disposição financeira. Estamos com várias demandas, inclusive de aluguel social, pois a gente passa por uma ausência de programa de habitação popular e não estamos conseguindo atender, falo enquanto trabalhadora da política de assistência e agora membro do CMAS. Mencionou que não passaram pelo conselho os critérios para a aprovação dessa LDO, a gente não estava sabendo, e não sei como isso chegaria para o Conselho, dizendo que é um espaço que está se consolidando. Mencionou que nos atendimentos individuais a gente acolhe as demandas de alguma forma, elabora isso e repassa para a gestão, mas quando chega o momento de prever o orçamento... Mencionou que, com a questão climática, tragédias, desastres naturais, a gente vai cair na mesma condição que estamos tendo esse ano, de não conseguir atender a população. Mencionou que chegou a enviar para a Secretaria indagando por que não tiveram acesso, mas disse que acha que não chegou a tempo. São coisas que ainda estão exercitando quanto conselho. Ressaltou que benéficos eventuais são uma demanda muito recorrente. Mencionou que não rolou nenhum remanejamento para a pasta, disse que teve ciência de que no segundo semestre teve remanejamento para outras pastas, mas para o social não chega nada, é o que tem acompanhado como membro do conselho. O vereador Allan mencionou que haverá duas audiências públicas, para tratar dos animais abandonados e para tratar sobre alcoolismo e drogas. Disse que esta pasta precisa ser abastecida, olhando para o cenário em que temos pelo menos doze pessoas na praça hoje. A munícipe Priscilla mencionou que é uma política do SUS e do SUAS, para acompanhar a população em situação de alcoolismo e drogas, em situação de rua, tem que ser muito articulada. Com a demanda do dia a dia, a gente não consegue se articular. Mencionou que tem sido encaminhado via ofício pelo conselho, que existe a necessidade de haver mais profissionais na equipe do CRAS, por exemplo, um orientador social, que está previsto na política nacional, para poder pensar em política social mais efetiva. Mencionou que é preciso equipar a rede psicossocial do SUS, mencionou que o COMUS está inativo, a RAPs que é prevista no SUS, a gente não consegue aprofundar esse debate ainda. É preciso ter uma equipe ampliada no SUS e ter uma equipe que consiga fazer uma abordagem social na praça. Não quer dizer que, de um dia para outro, a gente vai limpar a praça, é justamente ouvir o que eles têm a dizer e trazer para esses espaços, precisa de muito debate em torno disso. Em geral, a população quer algo imediato e as coisas não acontecem dessa forma. A contadora mencionou que seria interessante a Secretária estar presente para conseguirem debater melhor sobre isso. Disse que, sobre a participação dos conselhos no orçamento, disse que o FUNDEB participou, aprovou o orçamento do FUNDEB; o COMUS aprovou o orçamento da saúde. A munícipe Gracias questionou se estaria tendo COMUS. Disse que faz um ano que tenta participar, como munícipe, do COMUS. Mencionou que já protocolou várias vezes a solicitação do



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

cronograma e a resposta não veio. A contadora mencionou que ainda não foi feita a nova formação, que está com a antiga formação, pois precisava passar pelo conselho, e provavelmente vai ter nova eleição. Complementando, mencionou que deve constar como atribuição do conselho, e disse que ninguém do Conselho procurou a contabilidade, e disse que isso pode ser feito através dos secretários das pastas. O Vereador Allan indagou sobre o Conselho Tutelar, se o correto não era ter uma pasta específica de recursos ao Conselho Tutelar, e perguntou qual pasta faz o gerenciamento do conselho tutelar. A contadora mencionou que é o FMDCA. O Vereador Allan mencionou que eles questionaram que às vezes precisam de recurso para a estrutura administrativa do conselho e eles têm que solicitar. Não tem nenhum recurso direcionado a eles, para utilização deles? Qual a pasta e o secretário responsável? A contadora mencionou que é essa pasta mesmo, a FMDCA, e a responsável é a Madalena, que é a Secretária da pasta e gerência as quatro unidades. O vereador Allan mencionou que esqueceu de uma pergunta para a secretaria de educação, e disse que se ela puder responder. Disse que estão com problema de crianças com autismo na cidade, que tem algumas crianças com laudos já e outras em análise. Um dos questionamentos que a gente estava tendo é em relação à tratativa, principalmente dos acompanhantes de sala, porque os acompanhantes de sala, pela lei federal, contemplam que seja uma pessoa habilitada, treinada, qualificada, e isso uma para cada criança. Como está a tratativa em relação a isso e disse que hoje a gente usa estagiário da Sonnewend. A Secretária de Educação, Elize, mencionou que não tem só adolescente como estagiário, temos ali a demanda de estagiários de ensino superior, de pedagogia, que na verdade é o foco do acompanhamento. Nós abrimos quatorze vagas ao longo do ano, mas não temos demanda e isso é uma coisa muito preocupante, pois existem cursos de pedagogia próximos, mas aqui não temos demanda de estudantes de pedagogia, que são as ideias para acompanhamento da criança que precisa ter a educação inclusiva. Ressaltou que tem vaga, mas não tem demanda para suprir essas vagas, então acontece há algum tempo com os estagiários de ensino médio, na verdade, o nosso foco é o ensino superior. Mencionou que a questão do acompanhamento não existe na lei uma questão definida de números de adultos por sala, mas a gente sabe que o ideal seria o planejamento de aula, não posso colocar o número maior de adultos do que eu tenho de espaço. Mencionou que a rede atende os alunos que necessitam de acompanhamento, os pais são acompanhados, tem educação inclusiva, tem a supervisão da educação inclusiva, tem a parceria com o projeto de equoterapia para poder atender essa demanda. Mencionou que precisa no município de uma demanda que atenda e queira fazer parte, porque nós temos vagas. Mencionou que esse ano foram colocados estagiários de ensino superior, porque eles sim estão no processo de estudo para acompanhar como um professor de apoio. Mencionou que, como o estágio é por dois anos, o ideal é que tenha uma sequência no acompanhamento, pois sabem que qualquer alteração interfere no desenvolvimento. Aproveitou a oportunidade e mencionou sobre o aumento de vagas para o atendimento da creche e pediu apoio da população para o Plano Municipal da Primeira Infância, que deveria ter sido feito uma revisão de dez anos, e nós não temos esse plano. Mencionou que conseguiram esse ano o comitê, que foi uma conquista, foi publicado o decreto para esse plano municipal poder entrar nessas fichas, esse olhar para a primeira infância, que será intersetorial: social, saúde e educação juntos, com a parceria de esporte e cultura. Nosso foco está sendo crescimento e educação ambiental, que já está na grade curricular. O Vereador Allan mencionou que, no seu ponto de vista, é uma criança cuidando de outra criança, e criança tendo limitações. Mencionou que dar uma sequência no acompanhamento é essencial. Mencionou que trabalhar a



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

inclusão em parceria com a saúde e o esporte. Disse que a preocupação é o aumento dos gastos, pois profissionais habilitados e qualificados, para exercer essa função em sala de aula, iriam aumentar em muito a folha de pagamento. A contadora mencionou que é como foi dito, primeiro coloca a ação e depois vem o recurso. A secretária de Educação, Elize, mencionou que para o tempo integral não tinham esse recurso e está chegando agora. Mencionou que está tendo um olhar cuidadoso, que é a proposta da gestão. Reserva de Contingência - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Câmara Municipal – R\$ 1.767.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil reais) para manutenção e investimento. O presidente informou que o valor previsto em investimento é para a reforma do prédio da Câmara Municipal. O Presidente indagou à contabilidade o valor da emenda impositiva da Câmara, a ser utilizada na equoterapia. A contadora mencionou que não havia chegado à emenda impositiva para o setor de contabilidade dentro do prazo, mas ressaltou que a equoterapia está contemplada no orçamento. O presidente respondeu que foi encaminhado ofício. A contadora mencionou que irá verificar o ofício que foi encaminhado, e que se for necessário faz como emenda. Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a presente Audiência, e para constar, foi lavrada a presente Ata que vai assinada em lista própria de presença.

Edital publicado:

- Diário Oficial do Município de Monteiro Lobato, Edição nº 723;
- *site* oficial da Câmara Municipal de Monteiro Lobato.



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Rua Maria Luiza Valvano Auricchio, 21, Centro – CEP 12.250-000 – Monteiro Lobato/SP

Telefone: (12) 3979-1145 – (12) 3979-1577

e-mail: camaramlobato@uol.com.br camara@monteirolobato.sp.gov.br

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DE PROJETO DE LEI

• PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 28/2024,

“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Monteiro Lobato para o exercício de 2025 - LOA 2025”.

REALIZADA A PARTIR DAS 19H DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2024,
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO - SP.

Nº	NOME
1	ADOLFO AP. DOS SANTOS BARRETO
2	Luiz Alberto Ribeiro
3	Agostinho Roberto Pereira
4	Paulo Sérgio Nascimento
5	Pussilla Baptista
6	Nilza Maria da Silva Ribeiro
7	Raissa Aparecida Santos de Moraes.
8	Jeanne Cristina de Carvalho
9	Mercy Oliveira de Aguiar
10	Amândeo R. Almeida
11	Célia de Oliveira
12	RODRIGO NATANAEL NUNES FERREIRA
13	Elize Ródrigues Pinheiro Lima
14	Luiz Roberto M. Moraes.
15	Ornary V. Silva
16	Ana Kehl de Moraes
17	Edson AP. Sousa
18	Rozane Fujisawa
19	Ana Carolina da Mata Lima
20	Sabrina Mendes
21	Daniel Sales
22	Spigida Corraí
23	
24	
25	
26	